

A CIÊNCIA/TECNOLOGIA E O “ESPÍRITO CARTESIANO”¹

Quando se revisita de forma intensiva o pensamento de Descartes, como ocorreu recentemente, e se coloca a tónica no *espírito cartesiano* e seu significado (efectivo e/ou possível/desejável) em nossos dias, aparece-nos particularmente manifesta uma relação constituinte entre a filosofia e a ciência/tecnologia.

Desta relação destacaremos aqui dois componentes: 1. – uma reflexão *filosófica* legitimadora de um *imperativo de consistência teórica perfeita*, segundo a natureza de um sujeito de conhecimento entendimento/razão, para a constituição e para a construção de toda a actividade cognitiva que se pretenda gnosiologicamente válida; 2. – um *compromisso humanista* que informe todo o desenvolvimento daquela actividade cognitiva.

Esta opção metodológica, de forte componente humanista, é tanto mais de as sinalar quanto nos encontramos num momento da história da humanidade em que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia intensifica a intervenção destas no curso de nossas vidas, despertando uma consciência aguda da necessidade de apreender e avaliar o significado das incidências na qualidade de vida, não só das ciências puras, mas muito particularmente das construções tecnológicas.

¹ Este trabalho foi originariamente concebido para uma comunicação ao *XXVI Congrès de l'Association des Sociétés de Philosophie de Langue Française*, que teve lugar em Paris (Sorbonne), de 30/8/1996 a 3/9/1996. Na sua presente versão as ideias nucleares mantêm-se; quanto a sua forma de expressão, além de a sua primeira versão ter sido em língua francesa, apresenta agora outras diferenças, como alguns acrescentos, nomeadamente por transcrição de textos cartesianos.

1. Do “Espírito cartesiano” ao “estudo” da ciência/tecnologia

Ao esclarecer as noções de *filosofia* e de *sabedoria* (sagesse), num dos seus últimos escritos ², e apontando as condições operativas para se atingirem os seus respectivos objectos, Descartes apresenta-nos elementos capitais do que aqui entendemos por *espírito cartesiano* ³: ali se encontram enunciados os *fins essenciais* (externos e internos) e as linhas capitais das *opções epistemológicas e metodológicas* que determinam em geral – pelo menos de direito – o pensamento cartesiano. A este conjunto de directrizes atribui uma validade operativa universal, pondo-as como *enquadramento metodológico ideal* para a construção/fundamentação de todo o saber humano.

Só o que destes *elementos* continua, em nosso entender, insuficientemente considerado – apesar da sua importância para a adequação operativa da actividade cognitiva criticamente construída, e seus resultados, à natureza humana e à complexidade das necessidades desta decorrentes – aqui invocaremos.

A. *É condição necessária da validade gnosiológica/“perfeição” de conhecimento, que todos os seus fundamentos – desde os “primeiros princípios” – sejam determinados com total clareza conceptual e igualmente o sejam todos os elementos e conexões constituintes admitidos na sua elaboração:* para que um conhecimento seja gnosiologicamente válido – perfeito, enquanto conhecimento, “é necessário que ele seja deduzido das primeiras causas [...] isto é de princípios; e que estes princípios [...] sejam tão claros e tão evidentes que o espírito humano não possa duvidar da sua veracidade [...]”; em seguida é necessário tratar de deduzir destes princípios o conhecimento das coisas que deles dependem, de tal modo que nada haja em toda a cadeia de deduções que deles se faça, que não seja bem manifesto” (cf. Lettre Préface, AT, IX-2, p. 2).

² Descartes, *Carta-Prefácio* à trad. francesa dos seus *Principia Philosophiae*, AT, IX-2, p. 1-20. AT significa, aqui e em toda esta exposição: *Oeuvres de Descartes*, publicadas por Ch. Adam e Paul Tannery. Paris, L. Cerf, 1897-1913 e, posteriormente, Paris, Vrin/C.N.R.S., 1964-1974

³ Por *espírito cartesiano* entende-se, para efeitos desta reflexão o conjunto de ideias que determinam *em geral* os caracteres fundamentais do pensamento de Descartes, isto é os *fins essenciais* que ele procura atingir, por meio da “filosofia”, e as suas *opções epistemológicas e metodológicas capitais*.

B. O fim primordial (externo) do saber humano deverá ser a utilidade/verdadeira felicidade do homem (em geral e em particular).

a) Segundo o testemunho do escrito cartesiano até agora invocado (a *Carta-Prefácio*): a “conduta da vida”, a “conservação da saúde” a “invenção de todas as técnicas” (*tous les arts*) (cf. id.) são os objectivos externos a procurar atingir pelo saber humano (a construir/reconstruir como “perfeito conhecimento”); este deverá estender-se a “todas as coisas que o homem possa saber”, que lhe sejam úteis. A cada um destes objectivos parcelares-solidários, Descartes faz corresponder uma “ciência particular”, as quais são como que os objectivos operativos do saber humano/“perfeito conhecimento”, situados no seu próprio domínio: a medicina, a mecânica, a moral, assim enumeradas segunda a ordem proposta para a sua realização. Delas depende a “principal utilidade da filosofia” (cf. ib. p. 15) e são as partes desta “que não se podem aprender/elaborar/senão como últimas (cf. id.), isto é como etapas finais de um longo itinerário de investigação, esquematicamente posto neste escrito de Descartes e várias vezes por ele apresentado noutros.

b) Segundo os testemunhos do *Discurso do Método*: “os conhecimentos que forem altamente úteis à vida” (cf. *Disc. Méth.*, VI, AT, VI, p. 61) são objectivos que se devem procurar – e são acessíveis – pela *filosofia renovada*, onde a *física* terá um lugar destacado. E, já neste escrito, Descartes exalta como frutos da investigação: 1. – a conservação da saúde, “primeiro bem e o fundamento de todos os outros bens desta vida” (cf. ib. p. 62); 2. – o domínio das forças da natureza “para a invenção de uma infinidade de artefactos (artifices), que permitiriam que gozásemos, sem qualquer moléstia, dos frutos da terra e de todas as comodidades que aí se encontram” (cf. id.).

c) Segundo os testemunhos de Descartes relativos ao seu conceito de *virtude* (integrada esta na *sabedoria* cartesiana): um compromisso do desenvolvimento da actividade cognitiva (razão/entendimento), relativamente à utilidade/verdadeira felicidade humana, manifesta-se aqui igualmente. Assim, as virtudes “que são tão puras e tão perfeitas que não provenham senão unicamente do conhecimento do bem, são todas da mesma natureza, e podem ser compreendidas sob um só nome, o de *sabedoria* (sagesse). Porque quem tem uma vontade firme e constante de empregar *sempre a razão o melhor que estiver em seu poder* e de *fazer em todas as*

suas acções o que *julgar ser o melhor*, é verdadeiramente sábio (sage), tanto quanto a sua natureza permita que o seja; e só por isto é justo, corajoso, moderado e tem todas as outras virtudes, mas tem-nas de tal modo juntas entre si que não há aí nenhuma que sobressaia às restantes [...]. Duas coisas [...] são requeridas à *sabedoria* assim descrita: que o entendimento conheça tudo aquilo que é bem, e que a vontade esteja sempre disposta a segui-lo” (cf. Dedicatória dos *Princ. Phil.* à Princesa Èlisabeth, AT, IX-2, p. 1. Sublinhados por nós). E “seguir exactamente a virtude” é condição necessária e suficiente para fruir do contentamento/verdadeira felicidade, isto é “uma satisfação que tem tal poder para [...] /nos/ tornar felizes, que os mais violentos esforços das paixões não poderão jamais perturbar a tranquilidade da [...] /nossa/ alma” (cf. *Passions*, II, 148, AT, XI, p. 441-442). Sobre este tema são igualmente interessantes os testemunhos de Descartes nas suas cartas à Princesa Èlisabeth, de 4/8/1645 e à Rainha Cristina da Suécia, de 20/11/ /1647. E se se invocasse ainda o conceito cartesiano de soberano bem – o de cada homem em particular – (cf. as cartas acabadas de mencionar), ao qual nos conduz a virtude, ou se fizéssemos apelo à determinação cartesiana da forma operativa da nossa vontade (cf. *Médit.*, IV, AT, IX-1, p. 42-50), encontraríamos de novo um compromisso necessário da actividade cognitiva, “perfeitamente” realizada, com a utilidade/verdadeira felicidade do homem.

C. A procura/aquisição da “sabedoria”, pela via do saber/“perfeito” conhecimento, deverá ser tarefa de todos os homens, isto é todos nós devemos procurar, através do saber/“perfeito” conhecimento, uma formação cultural diversificada e equilibrada, tendente a satisfazer as necessidades humanas fundamentais, formação esta que compreenderá: 1. – uma séria valorização das capacidades operativas humanas, nomeadamente as cognitivas e as volitivas; 2. – a aquisição de conhecimentos essenciais para a inteligibilidade do universo e de tudo aquilo que ele contém, compreendendo-se aqui, evidentemente, o homem, com vista a este agir da melhor maneira em seu proveito, tanto individual como social; 3. – uma moral, que seja resultante de uma reflexão sobre o *Bem/os bens* ao nosso alcance e sobre a *virtude*, ou forma geral para a conduta humana.

Assim, na expressão mesma de Descartes: a) “os homens, cuja parte principal é o espírito, deveriam empregar os seus melhores

esforços em busca da *sabedoria* (sagesse), que é o seu principal alimento; e estou certo de que há muitos /homens/ que não deixariam de o fazer (n'y manqueraient pas), se tivessem a esperança de ter êxito em tal, e se soubessem quanto disso são capazes. Não há alma alguma, por menos nobre que seja, que permaneça tão fortemente ligada aos objectos dos sentidos, que deles não se afaste por vezes, para desejar algum outro maior bem [...]. Ora, este soberano bem considerado pela razão natural sem a luz da fé, não é outra coisa senão o conhecimento da verdade pelas suas primeiras causas, isto é a sabedoria, da qual a filosofia é o estudo (cf. Lettre Préf, AT, IX-2, p. 4). b). De entre as verdades cujo conhecimento é tido por Descartes como meio para “se fortalecer o entendimento para discernir o que é o melhor em todas as acções da vida”⁴ encontra-se a seguinte: “se bem que cada um de nós seja uma pessoa separada das outras e cujos interesses, por conseguinte, são de algum modo distintos dos /interesses/ dos restantes, deve-se todavia pensar que não se pode subsistir só, e que se é, com efeito, uma das partes do universo, e mais particularmente ainda uma das partes desta terra, uma das partes deste Estado, desta sociedade, desta família, à qual se está ligado pela morada, por juramento, por nascimento. E deve-se preferir sempre os interesses do qual se é parte, aos da sua pessoa em particular; contudo, /deve-se fazê-lo/ de um modo comedido e com discernimento (avec mesure et discrétion)”⁵.

⁴ Cf. carta de Descartes a Élisabeth de 15/9/1645, AM, VI, p.300. AM significa aqui e em toda esta exposição: Descartes, *Correspondance*, publicada por Ch. Adam e G. Milhaud. Paris, F. Alcan/PUF, 1936-196: As outras *verdades* aqui aludidas por Descartes são: a bondade de Deus, a imortalidade das nossas almas e a grandeza do universo.

⁵ Cf. ib. pp. 301-302. Transcreve-se de seguida a sequência imediata do texto cartesiano acabado de traduzir, pelo seu interesse relativamente a este ponto do pensamento de Descartes, juntando-se-lhe ainda mais outros dois fragmentos de cartas suas: “car on aurait tort de s'exposer à grand mal, pour procurer seulement un petit bien à ses parents, ou à son pays; et si un homme vaut plus, lui seul, que tout le reste de sa ville, il n'aurait pas raison de se vouloir perdre pour la sauver. [...] En se considérant comme une partie du public, on prend plaisir à faire du bien à tout le monde, et même on ne craint pas d'exposer sa vie pour le service d'autrui, lorsque l'occasion s'en présente. [...] Mais lorsque quelqu'un s'y expose /à la mort/, pour ce qu'il croit que c'est de son devoir, ou bien lorsqu'il souffre quelqu'autre mal, afin qu'il en revienne du bien aux autres, encore qu'il ne considère peut-être pas avec réflexion qu'il fait cela pour ce qu'il doit plus au public, dont il est partie, qu'à soi-même en

2. Da pertinência actual do espírito cartesiano

Independentemente do grau de conformidade que a obra de Descartes tenha atingido e mantido relativamente aos elementos do *espírito cartesiano* aqui invocados, estes definem condições metodológicas – com uma *componente humanista* – dirigidas ao desenvolvimento de toda a nossa actividade cognitiva, que se pretenda metodologicamente consistente. A sua observância judiciosa ajudar-nos-ia, por certo, a superar muitas das insuficiências da nossa cultura/civilização.

Assim, no que toca ao *primeiro* daqueles elementos – a necessária clareza conceptual na constituição e construção do conhecimento que se pretenda gnosiologicamente válido, a sua realização adequada terá, como é óbvio, como primeira consequência conduzir a nossa actividade cognitiva um alto grau de consistência na sua natureza e confinar esta actividade ao interior dos nossos limites operativos (o que se pratica comumente em nossos dias, embora os procedimentos operativos não sejam muitas vezes os que Descartes preconiza).

Uma outra consequência da observância desta determinação metodológica consiste em tornar manifesta – ainda que indirectamente – a relatividade dos nossos conhecimentos científicos e tecnológicos, bem assim como a dos conhecimentos filosóficos, ao pôr claramente em evidência a natureza e consistência gnosiológicas dos seus *efectivos* fundamentos e as dos seus outros procedi-

son particulier, il le fait toutefois en vertu de cette considération, qui est confusément en sa pensée.” (ib. p. 302). “Si nous ne pensions qu’à nous seuls, nous ne pourrions jouir que des biens qui nous sont particuliers; au lieu que, si nous nous considérons comme partie de quelque autre corps, nous participons aussi aux biens qui lui sont communs, sans être privés pour cela d’aucun de ceux qui nous sont propres.” (carta de Desc, a Élisabeth, 6/10/1645, AM, VI, p. 314). “J’avoue qu’il est difficile de mesurer exactement jusques où la raison ordonne que nous nous intéressions pour le public; mais aussi n’est-ce pas une chose en quoi il soit nécessaire d’être fort exact: il suffit de satisfaire à sa conscience, et on peut en cela donner beaucoup à son inclination. Car Dieu a tellement établi l’ordre des choses, et conjoint les hommes ensemble d’une si étroite société, qu’encore que chacun rapportat tout à soi-même, et n’eût aucune charité pour les autres, il ne laisserait pas de s’employer ordinairement pour eux en tout ce qui serait de son pouvoir, pourvu qu’il usât de prudence, principalement s’il vivait en un siècle ou les moeurs ne fussent point corrompues.” (ib., pp. 319-320).

mentos constituintes. Deste modo, o elemento, do espírito cartesiano aqui em causa funciona como um redutor da tendência à sacralização” daqueles conhecimentos, como se fossem manifestações *incontestáveis* do ser, tendência esta que frequentemente marca ainda a difusão desses conhecimentos e o seu uso para fundamentar/legitimar opções práticas.

A situação assim (indirectamente) criada pela atitude metodológica veiculada por este elemento do *espírito cartesiano* é um momento capital da maturação cultural da humanidade: ela põe, por um lado, a perda da ilusão gnosiológica de atingirmos a verdade incontestável e, por outro, um imperativo à *necessária* busca de meios teóricos e metodológicos suficientes para “optimizar” a consistência operativa da nossa actividade cognitiva – mantida dentro dos limites operativos impostos pela nossa natureza – e, deste modo, se restabelecer a nossa confiança naquela actividade, evitando-nos a queda num relativismo-cepticismo e num subsequente cinismo prático.

A pertinência actual do segundo dos elementos do *espírito cartesiano* acima referidos – a ordenação prioritária da nossa actividade cognitiva, metodologicamente elaborada, para a utilidade/ /“verdadeira felicidade” humana – resulta sobretudo de, nesta opção teleológica, o homem ser considerado no sentido da totalidade do género humano e a natureza deste ser entendida na totalidade da sua complexidade operativa, traduzida em carências diversificadas. Assim, a perfeita observância desta determinação operativa levar-nos-ia a excluir, do desenvolvimento da nossa actividade cognitiva metodologicamente organizada, toda a indiferença relativamente a qualquer campo da totalidade numérica do género humano – e, conseqüentemente conduzir-nos-ia à recusa de qualquer espécie de egoísmo na ordenação daquela actividade –, ao mesmo tempo que nos interditaria privilegiar/hipertrofiar, nesta ordenação, a nossa resposta (cognitiva) a um – ou a alguns somente – dos componentes do conjunto das necessidades humanas, em detrimento de uma sua satisfação equilibrada, segundo a nossa natureza.

O *terceiro* dos elementos do *espírito cartesiano* aqui assinalados – a universalização da “sabedoria” – põe, em consequência desta sua universalidade e da complexidade pratico-teórica do conceito cartesiano de *sabedoria* aqui em causa, um enquadramento geral

para a concepção e a realização de programas pedagógicos. Estes terão de apontar, por um lado, à difusão *universal* da formação cultural implicada por aquele conceito cartesiano e, por outro lado, à *diversidade* e *equilíbrio* nesta formação, de acordo com o conteúdo do mesmo conceito (e igualmente de acordo com a complexidade da nossa natureza e necessidades dela decorrentes, como é pressuposto por tal conceito). Assim, quando referidos a níveis superiores de formação cultural, esses programas terão de evitar nomeadamente tanto a produção de profissionais teoricamente frágeis, como a de “experts” privados de instrumentos culturais que lhes possibilitem formular, por si mesmos, juízos de valor *sólidos*, sobre o significado das suas actividades, relativamente à complexidade do ser humano. No entanto, as concepções mais correntes do ensino superior continuam a não ter *efectivamente* em conta, de um modo suficiente, esta complementaridade formativa, induzindo com frequência a formações culturais de constituição unidimensional acentuada, limitam-se a visar somente um alto domínio operativo de um – ou vários – sectores ou do saber teórico puro, ou das tecnologias, descurando o apetrechamento cultural dos jovens para efectuarem *sólidas* determinações do significado das suas tarefas, em relação à nossa natureza e à complexidade das necessidades em fundamentais decorrentes, entre as quais se compreendem, como é óbvio, as que derivam da nossa condição de seres que têm que viver em comunidade e numa mesma morada: a Terra e o Universo.

Lourenço Heitor Chaves de Almeida